XI SEMANA UNIVERSITÁRIA DA URCA E
XXIX Semana de Iniciação Científica
Ciência, Inovação e Transformação Social no Semiárido
23 a 27 de Novembro de 2026
URCA-Universidade Regional do Cariri
PRPGP- Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa

ENTRE A VIGILÂNCIA E O ESTIGMA: GÊNERO, IDENTIDADE SOCIAL E MONITORAMENTO ELETRÔNICO DE MULHERES EM IGUATU-CE

José Bonifácio da Silva Neto[1], Geórgia Oliveira de Araújo[2]

Resumo: O monitoramento eletrônico por tornozeleira foi disciplinado por legislação específica em 2010 e, progressivamente, amplia-se no Brasil como alternativa ao encarceramento e modo de contenção da superlotação carcerária. Apesar da significativa adesão, o uso cotidiano de tornozeleiras pode funcionar como um marcador visual e social de corpos relegados à suspeição de criminalidade. Segundo o Relatório de Informações Penais, em dezembro de 2025, o Ceará registrava 10.980 pessoas monitoradas, dentre as quais 1.777 eram mulheres, ocupando o quarto lugar na lista de estados segundo o número de monitoração feminina. Apesar do fornecimento de dados estatísticos gerais, o estado não informou fatores como tipo penal, filhos e relações laborais, o que limita o entendimento do perfil dessas mulheres. A literatura evidencia que o estigma, compreendido como atributo depreciativo capaz de dificultar as interações sociais dos indivíduos, tende a atingir de modo particular as mulheres, sobre as quais recai a estereotipia de gênero baseada na expectativa de cuidado familiar e recato, configurando uma estigmatização dupla. O presente trabalho objetiva analisar a manifestação do estigma na vivência de mulheres monitoradas eletronicamente no município de Iguatu, Ceará. Ademais, pretende-se investigar o perfil social, laboral, étnico-racial e psicológico, considerando suas relações sociais, a autoimagem e as singularidades do gênero feminino. Para o desenvolvimento da pesquisa, propõe-se a utilização de uma abordagem quali-quantitativa, explorando, com base na sociologia do estigma e nos estudos sobre controle penal e gênero, a mensuração estatística dos dados coletados. Para abranger as metodologias indicadas, sugere-se a revisão bibliográfica e documental sobre a política de monitoramento eletrônico no Brasil e no Ceará, assim como a realização de questionários e entrevistas semiestruturadas com mulheres monitoradas, objetivando traçar um painel quantitativo segundo suas particularidades. Espera-se identificar situações de discriminação nos espaços de convivência social, como o lar, a família, o trabalho e os espaços públicos, compreendendo as repercussões sociais sobre a autonomia, a autoimagem e o cuidado com filhos ou dependentes. Outrossim, as condições de utilização da tornozeleira, como as exigências de recarga, os horários de recolhimento e as restrições territoriais, serão consideradas na medida em que possam interferir na experiência cotidiana das participantes e em suas relações sociais. Parte-se, portanto, da hipótese de que a tornozeleira eletrônica pode funcionar como mecanismo de etiquetamento social que prolonga a punição e transcende os objetivos iniciais, de modo a reorganizar as relações da mulher monitorada. Nesse sentido, a pesquisa projeta oferecer subsídios empíricos e contribuir para o debate sobre políticas penais que considerem as particularidades das experiências femininas e a necessidade de prevenir práticas de estigmatização e exclusão social.

Palavras-chave: Monitoramento eletrônico. Estigma. Gênero. Mulher. Iguatu-CE.

[1] Universidade Regional do Cariri, email: jose.bonifacio@urca.br
[2] Universidade Regional do Cariri, email: georgia.oliveira@urca.br